



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
ESCOLA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
MINISTRO VICTOR NUNES LEAL

ISSN 1981-2035

REVISTA DA AGU

Colaboradores:

Institucional

- Luis Cláudio Martins de Araújo

Artigos

- Alessandra Matos de Araújo
- Allan Luiz Oliveira Barros
- Dalton Santos Morais
- Filipo Bruno Silva Amorim
- Flávio Teles Filogônio
- José Tadeu Neves Xavier
- Luís Carlos Martins Alves Jr.
- Marcelo Rodrigues da Silva
- Raissa Roese da Rosa

Parecer

- Adriano Martins de Paiva

Jurisprudência comentada

- Genésia Marta Alves Camelo
- Geraldo de Azevedo Maia Neto

34

SUMÁRIO

Editorial	5
-----------------	---

INSTITUCIONAL

Novos Arranjos Institucionais: redimensionamento das capacidades constitucionais pelo papel dialógico-democrático da Advocacia-Geral da União

New Institutional Settings: Rethinking the Constitutional Capacities by the Democratic-Dialogical Rule of the Attorney General's Office

Luis Cláudio Martins de Araújo	9
--------------------------------------	---

ARTIGOS

O Princípio da Boa-Fé na interpretação e integração dos Contratos no Código Civil Brasileiro e no *Draft Common Frame of Reference*

The Principle of Good Faith in Contract interpretation And integration In Brazilian Civil Code and in Draft Common Frame of Reference

Alessandra Matos de Araújo	37
----------------------------------	----

Aspectos Jurídicos relacionados aos regimes de Administração Especial, intervenção e liquidação extrajudicial das entidades fechadas de Previdência Complementar

Legal aspects related to the special administration regimes in pension funds

Allan Luiz Oliveira Barros	55
----------------------------------	----

Democracia e Direitos Fundamentais: propostas para uma jurisdição constitucional democrática

Democracy and Fundamental Rights: proposals for a democratic constitutional jurisdiction

Dalton Santos Morais.....	83
---------------------------	----

A Objetivação do Controle Difuso de Constitucionalidade

The Erga Omnes effect in Diffuse Constitutional Review

Filipo Bruno Silva Amorim	113
---------------------------------	-----

O Princípio da Transparência Fiscal e as Contribuições da Seguridade Social para o Custeio do Regime próprio de Previdência dos Servidores Públicos Federais

The Principle of Fiscal Transparency and the Social Security Contributions for the Expenses of the Own Regimen of the Social Security Program of the Federal Public Employees

Flávio Teles Filogônio.....	147
-----------------------------	-----

Julgamento de Improcedência <i>Prima Facie</i> em Ações Repetitivas na sistemática Processual Civil atual e no Contexto do Projeto de Novo Código de Processo Civil <i>Prima facie rejection in repetitive lawsuits within the current civil procedure as well as in the context of the Project of the New Code of Civil Procedure</i>	181
<i>José Tadeu Neves Xavier</i>	
O Devido Processo Legal na Dinâmica Jurisprudencial do STF <i>Due Process of Law in the Dynamic Jurisprudence of the STF</i>	217
<i>Luís Carlos Martins Alves Jr.</i>	
Improbidade Administrativa: instrumentos para o controle preventivo <i>Administrative Misconduct: instruments or preventive control</i>	253
<i>Marcelo Rodrigues da Silva</i>	
A Ação Regressiva Acidentária do INSS, sua Natureza Jurídica e os Tribunais <i>The Accident Regressive Lawsuit of INSS, its Legal Nature and the Courts</i>	275
<i>Maria Auxiliadora Castro e Camargo</i>	
O pedido de Invalidação como Instrumento Próprio ao Controle de Legalidade <i>The request of Invalidation like a Proper Instrument to Legality Control</i>	303
<i>Raissa Roese da Rosa</i>	
PARECER	
Parecer n. 17/2012-AMP/DPP/PGU/AGU Orientação para uma atuação uniforme dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União na propositura de ações de resarcimento pelos danos decorrentes da usurpação mineral <i>Adriano Martins de Paiva</i>	317
JURISPRUDÊNCIA COMENTADA	
O Patrimônio Cultural Brasileiro e o Sistema de Proteção dos bens arqueológicos <i>The Brazilian Cultural Heritage and the Archaeological Sites Protection System</i>	355
<i>Genésia Marta Alves Camelo</i> <i>Geraldo de Azevedo Maia Neto</i>	
Normas Editoriais	375

REVISTA DA AGU

Colaboradores:

Institucional

- Marcus Augusto Maliska

Artigos

- Alceu José Cicco Filho
- Aline Machado Weber
- Anderson Ricardo Gomes
- Bernardo Zettel
- Cirlene Luiza Zimmermann
- Dermeval Rocha da Silva Filho
- Fabricio Faroni Ganem
- Filipo Bruno Silva Amorim
- Flávia Martins Affonso
- Karla Virgínia Bezerra Caribé
- Luciana Laura Carvalho Costa Dias
- Maria Laura Timponi Nahid
- Natália Hallit Moyses
- Raphael Peixoto de Paula Marques
- Victor Campos Clement Leahy

Parecer

- Gabriela da Silva Brandão

35

SUMÁRIO

INSTITUCIONAL

- O Fórum de Procuradores-Chefes junto às IFES. Histórico, Reflexões e Perspectivas
The Forum of Federal Attorneys of Federal Universities. History, Reflections and Perspectives
Marcos Augusto Maliska..... 7

ARTIGOS

- A Lei Internacional na Ordem Jurídica Interna: os tratados na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
International Law in the Domestic Order: The Brazilian Supreme Court's Jurisprudence Concerning Treaties
Alceu José Cicco Filho 13
- A Súmula nº 198 do TFR em Face do Atual Regramento da Aposentadoria Especial
TFR Precedent 198 and special retirement current legislation
Aline Machado Weber..... 35
- Cessação da Eficácia da Coisa Julgada Tributária à Luz do Princípio da Livre Concorrência
Termination of the Effectiveness of Tax Res Judicata in Light of the Principle of Free Competition
Anderson Ricardo Gomes 73
- A Administração Pública e o Consumo Sustentável
Public Administration and Sustainable Consumption
Cirlene Luiza Zimmermann 95
- Anotações sobre Limites e Restrições aos Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988
Notes on Limits and Restrictions on Fundamental Rights in the Federal Constitution of 1988
Dermerval Rocha da Silva Filho 125
- O Modelo Democrático-Deliberativo à Luz do Pluralismo Político
The Democratic-Deliberative Model According to Political Pluralism
Fabrício Faroni Ganem
Bernardo Zettel..... 143
- O Papel do *Amicus Curiae* no Contexto da Objetivação do Controle Difuso ou Concreto de Constitucionalidade
The Role of Amicus Curiae in Diffuse Constitutional Review With Erga Omnes Effect
Filipo Bruno Silva Amorim 165

Da Natureza Híbrida do Direito à Saúde e Necessidade de Pluralização do Debate Judicial como Meio de Efetivação desse Direito <i>On The Hybrid Nature of the Right to Health and the Need of a Pluralist Judicial Debate as a Means to its Effectiveness</i>	205
Flávia Martins Affonso.....	
Da Aplicação do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) à Projeto de Reparação Ambiental por Dano Praticado na Vigência da Legislação Anterior um Estudo sobre a Aplicação da Lei Ambiental no Tempo <i>Implementation of the New Forest Code (Law n. 12.651/2012) to Environmental Remediation Projects that Aim to Repair Damages Caused During the Previous Legislation</i>	235
Karla Virgínia Bezerra Caribé.....	
Proteção Constitucional às Terras Tradicionalmente Ocupadas por Índios – uma análise de direito constitucional comparado <i>Constitutional Protection Regarding Areas Traditionally Occupied by Indigenous Populations - a comparative analysis of constitutional law</i>	253
Luciana Laura Carvalho Costa Dias	
Efetivação Judicial dos Direitos Sociais <i>Judicial Enforcement of Social Rights</i>	277
Maria Laura Timponi Nahid.....	
Terceiro como Réu na Ação de Improbidade Administrativa – Reflexões sobre a Regra de Extensão do Art. 3º da Lei nº 8.429/92 <i>The Third as Defendant at the Administrative Misconduct Action – Reflections on the Rule of Extension of Art. 3, Law nº 8.429/92</i>	309
Natália Hallit Moyses.....	
Teoria dos Direitos Fundamentais e Argumentação Jurídica: reconstruindo o debate entre Jürgen Habermas e Robert Alexy <i>Fundamental Rights Theory and Legal Argumentation: the Habermas-Alexy Debate</i>	319
Raphael Peixoto de Paula Marques.....	
Liberdade de Expressão e o Controle dos Filmes Ofensivos <i>Freedom of Speech and the Control of Offensive Films</i>	351
Victor Campos Clement Leahy	
PARECER	
2012/CONJUR/MME — Proposta de medida provisória que trata das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, do regime de cotas para a comercialização de energia e da redução de encargos setoriais <i>Gabriela da Silva Brandão</i>	383
Normas Editoriais	397